



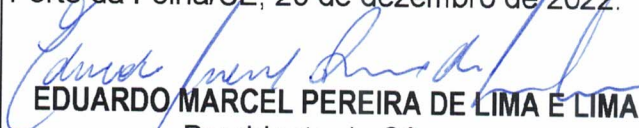
# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Estado de Sergipe

## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2022

**RATIFICO** a presente JUSTIFICATIVA  
Publique-se, providencie-se o contrato.

Porto da Folha/SE, 20 de dezembro de 2022.

  
**EDUARDO MARCEL PEREIRA DE LIMA E LIMA**  
Presidente da Câmara

**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA, ESTADO DE SERGIPE**, instituída nos termos da PORTARIA nº 023, de Janeiro de 2022, vem justificar a contratação de empresa especializada em **aquisição de ar-condicionado split, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto da Folha/SE**, em conformidade com o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

**CONSIDERANDO**, a necessidade da aquisição dos Ar-condicionado Split para tornar viável o ambiente de trabalho dos vereadores no plenário legislativo, levando em consideração que o município tem altas temperaturas durante o ano inteiro.

**CONSIDERANDO**, que na Administração Pública em regra todos os contratos sejam precedidos de processos licitatórios, no entanto, a Lei nº 8.666/93, em seu art. 24, inciso II, trata da dispensa de licitação para compras e serviços de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do art. 23, do mesmo Diploma Legal, sendo este valor equivalente a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

**CONSIDERANDO**, que de acordo com a planilha orçamentária dos serviços constatou-se que a média de preços apurada esta dentro do limite previsto no art. 24, inciso II, da lei de licitações e suas posteriores alterações, sem a premente necessidade de proceder à abertura de processo administrativo de licitação, vez que o valor orçado, não ultrapassou o valor estabelecido no art. 23 e seus dispositivos, ou seja, R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Estado de Sergipe

---

**CONSIDERANDO**, que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem, tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de Dispensa de Licitação que antecede a contratação, possibilitando também tratamento igualitário a todos quando da realização da pesquisa de preço no mercado através de orçamentos, conforme fora realizado previamente pela Câmara Municipal de Porto da Folha/SE.

**CONSIDERANDO**, que conforme dito anteriormente a Câmara Municipal de Porto da Folha/SE teve o cuidado de pesquisar os preços no mercado com empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, identificando as características necessárias e importantes para a composição dos preços.

**CONSIDERANDO** que, em relação ao objeto em questão, a inviabilidade da licitação decorre não em razão da falta de competitividade entre os possíveis interessados, mais se torna a licitação neste caso inconveniente aos objetivos da administração quando colocado à tona a equação custo-benefício, verificou-se que a licitação traria maiores custos a administração do que benefícios, além do que, este aparentemente demonstrado no processo à pequenez do valor estimado para a contratação.

**CONSIDERANDO**, que de acordo com o levantamento de preços feito, constatou-se que a empresa **IDEAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 30.667.327/0001-82**, cotou o menor preço para o fornecimento de material permanente (Ar-condicionado) objeto deste processo, baseado no que prescreve o Art. 24, Inciso II, da lei nº 8.666/93, com a referida empresa.

Por fim e, não menos importante, cumpre salientar que observando a Orientação Normativa da AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011, bem como, no Acórdão do TCU nº 1.3666/2006, entendemos prezar pela economicidade que não se proceda a publicação dessa contratação na Imprensa Oficial, dado o seu elevado custo financeiro, razão pela qual, será dada ampla publicidade no site oficial da Câmara.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Porto da Folha/SE, pelo acatamento da contratação e se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a exigência do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor



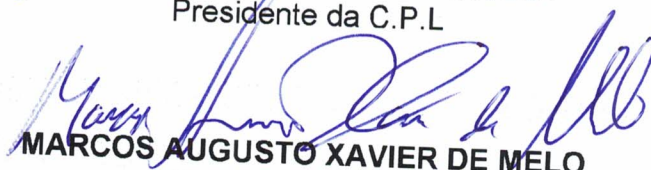
# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Estado de Sergipe

Presidente da Câmara Municipal de Porto da Folha/SE, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Porto da Folha/SE, 20 de dezembro de 2022.

  
**DENISSON SILVA DOS SANTOS**  
Presidente da C.P.L

  
**MARCOS AUGUSTO XAVIER DE MELO**  
Secretário da C.P.L

  
**JOSÉ VALTER SANTOS CUSTÓDIO**  
Membro da C.P.L